

RELATORIO DE FISCALIZACAO RURAL – FAZENDA PEDRA LISA



Período: 3 a 8 de agosto de 2011

Local: Bom Jardim – RJ

Coordenadas GPS: S 22°11'50,4" / W42°21'08,7"

Atividade: Cafeicultura



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA -

INDICE

ASSUNTO	PÁGINAS
<i>EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO</i>	<i>1</i>
<i>DADOS EMPREGADOR</i>	<i>1</i>
<i>MOTIVACAO DA AÇÃO FISCAL</i>	<i>2</i>
<i>AÇÃO FISCAL</i>	<i>2</i>
<i>AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA</i>	<i>2</i>
<i>AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTO DE PROTECAO INDIVIDUAL</i>	<i>3</i>
<i>AUSENCIA DE INSTALACOES SANITARIAS PARA OS EMPREGADOS NA FRENTE DE TRABALHO</i>	<i>3</i>
<i>AUSENCIA DE FORNECIMENTO DE ABRIGO CONTRA INTEMPERIES NA FRENTE DE TRABALHO</i>	<i>4</i>
<i>AUSENCIA DE FORNECIMENTO DE ROUPAS DE CAMA ADEQUADAS AO CLIMA</i>	<i>4</i>
<i>TRANSPORTE ILEGAL DE TRABALHADORES</i>	<i>4</i>
<i>AUSENCIA DE LOCAL ADEQUADO PARA CONSERVACAO DAS REFEICOES</i>	<i>5</i>
<i>RELACAO DE AUTOS DE INFRACAO LAVRADOS</i>	<i>6</i>
<i>CONSTATAÇÃO DA SITUAÇÃO ANALOGA A ESCRAVIDAO PELA DEGRADANCIA</i>	<i>7</i>
<i>CONCLUSAO</i>	<i>8</i>
<i>NOTIFICACAO DA IN 76 / SIT</i>	<i>10</i>
<i>TERMO DE DECLARACAO DE EMPREGADOS</i>	<i>11</i>
<i>PROCURACAO DE ADVOGADO</i>	<i>17</i>
<i>DECLARACAO DE CONTRATAÇÃO DE SERVICOS TECNICOS DE SEGURANCA DO TRABALHO</i>	<i>18</i>
<i>PLANILA DE CALCULOS RESCISÓRIOS TRABALHISTAS</i>	<i>19</i>
<i>TERMOS DE RESCISAO DE CONTRATO DE TRABALHO</i>	<i>20</i>
<i>COPIAS CHAVES DO FGTS</i>	<i>74</i>
<i>COPIAS DO REQUERIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO DO TRABALHADOR RESGATADO</i>	<i>132</i>
<i>AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS</i>	<i>151</i>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA - [REDACTED] - BOM JARDIM - RJ - 3 a 18 AGO 2011

RELATORIO DE FISCALIZACAO RURAL - FAZENDA PEDRA LISA

1. Equipe de fiscalização

[REDACTED]

2. Identificação do empregador

Empregador: Fazenda Pedra Lisa - [REDACTED]

CEI: 170050000785

Endereço: FAZENDA PEDRA LISA SN 1 DISTRITO - ZONA RURAL - BOM JARDIM - RJ

Telefones: 22 2566-2440

3. Dados da fiscalização - resumo da operação

Empregados em atividade no estabelecimento:		
Homens: 17	Mulheres: 3	Menores:
Registrados durante ação fiscal: 0		
Homens: 0	Mulheres: 0	Menores: 0
Resgatados: 20		
Homens: 17	Mulheres: 3	
Menores do sexo masculino (0-16): 0		Menores (16-18): 0
Menores do sexo feminino (0-16): 0		Menores (16-18): 0
Crianças (0-12): sexo masculino: 0		sexo feminino: 0
Adolescente com mais de 16 anos exercendo atividade proibida: 0		
Valor bruto da rescisão R\$: 29.921,49		
Valor líquido recebido R\$: 19.836,42		
Número de Autos de Infração lavrados: 9		
Termos de Apreensão e Guarda lavrados: 0		
Número de armas apreendidas: 0		
Número de motosserras apreendidas: 0		
Prisões efetuadas: 0		
Número de CTPS emitidas: 0		
Número de Guias de Seguro Desemprego: 20		
Número de CAT's emitidas: 0		
Termos de interdição/embargo lavrados: 0		



4. Motivação da ação fiscal

A presente fiscalização foi solicitada pela Procuradoria do Trabalho no Município de N. Friburgo/RJ e planejada pelo Grupo Rural de Auditores Fiscais do Trabalho da SRTE/RJ. O trabalho foi desenvolvido em Bom Jardim/RJ a fim de se fazer diagnóstico das condições de trabalho rural.

5. Da ação fiscal

A ação da Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, iniciada no dia 3 de agosto de 2011 na Faz. Pedra Lisa alcançou as frentes de trabalho de produção de café onde foram entrevistados os trabalhadores. A fiscalização constatou que o empregador não observava os requisitos da NR 31, mormente quanto a não manter o material necessário à prestação de primeiros socorros sob o cuidado de pessoa treinada além de não garantir a remoção do trabalhador acidentado, em caso de urgência, sem ônus para o trabalhador.

a) Da ausência de fornecimento de água em condições higiênicas

O empregador fornecia água potável em condições não higiênicas. A água utilizada por esses obreiros, para beber, era canalizada diretamente de uma torneira sem processo de filtragem e conduzida pelos trabalhadores por recipientes adquiridos pelos mesmos. Alguns trabalhadores portavam garrafas tipo "pet" para acondicionar a água que seria utilizada na frente de trabalho.



Embalagens tipo "pet" utilizadas pelos trabalhadores para o consumo da água nas frentes de trabalho da Fazenda Pedra Lisa



b) Ausência de fornecimento de equipamento de proteção individual

Empresário deixou de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção Individual, logo não exigia que os trabalhadores utilizassem os equipamentos de proteção individual.



Trabalhadores em o uso de EPI nas frentes de trabalho da Fazenda Pedra Lisa

c) Ausência de instalações sanitárias para os empregados na frente de trabalho

Além disso, deixou de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios, em proporção inferior a um conjunto para cada grupo de 40 trabalhadores ou fração ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias em desacordo com o disposto na NR-31 Entende-se como instalações sanitárias o local destinado ao asseio corporal, ou atendimento das necessidades fisiológicas de excreção. Deste modo, as instalações sanitárias, conforme normatização, devem ter portas de acesso que impeçam o devassamento, sendo construídas de modo a manter a garantia e privacidade do trabalhador e estar situadas em locais de fácil e seguro acesso. Devem ainda estar providas de água limpa e papel higiênico; observando as ligações a sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente, além de haver a necessidade de que possuam recipiente para coleta de lixo. Assim, verificamos na frente de trabalho a negligência do empregador no que tange a higiene pessoal dos trabalhadores, possibilitando uma propagação de doenças relacionadas a higiene, tais como verminoses, disenterias, Hepatite A, entre outras



d) Ausencia de fornecimento de abrigo contra intempéries na frente de trabalho

Deixou também de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.

Além das irregularidades acima listadas, segundo informações prestadas pelos trabalhadores o transporte até a frente de trabalho é realizado de forma irregular, na caçamba de caminhão não adequado para este fim. Outra informação é de que o salário base pago aos trabalhadores é inferior ao piso estadual estabelecido pela lei 5.950/2011.

e) Ausência de fornecimento de camas e roupas de cama adequadas as condições climáticas no ambiente de trabalho

O empregador não forneceu roupas de cama adequadas ao clima da região. Na região serrana do Estado do Rio de Janeiro faz muito frio e os empregados não contavam com roupas de cama capaz de protegê-los contra o frio.

Alem disso, as camas disponibilizadas eram mal feitas e mal acabadas.



Camas improvisadas, sem colchão e roupa de cama insuficiente para proteção contra o frio

f) Transporte ilegal dos trabalhadores

Para o transporte dos empregados, o empregador utilizava caminhão sem as adaptações exigidas pela legislação, tanto em rodovia estadual como na área interna da propriedade fiscalizada, a fazenda Pedra Lisa.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA - [REDACTED] - BOM JARDIM - RJ - 3 a 18 AGO 2011



Transporte ilegal dos empregados da Fazenda Pedra Lisa

g) Ausência de local adequado para a guarda e conservação das refeições e ausência de local adequado para os empregados realizarem as suas refeições.

Na fazenda Pedra Lisa também não havia condições de guarda para a conservação das refeições trazidas pelos empregados. A fiscalização encontrou marmitas enroladas em sacos plásticos e deixadas sobre os pés de café, sujeitas a ataques de insetos e aos efeitos da temperatura.

Não havia local adequado para os trabalhadores almoçarem, isto acontecendo sobre os pés de café, em cima de tratores ou outros locais improvisados.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA - [REDACTED] - BOM JARDIM - RJ - 3 a 18 AGO 2011



Forma e local inadequado para a conservação das refeições e empregado realizado uma refeição em local improvisado

6. Autos de Infração

	Nº DO AI	EMENTA	DESCRIÇÃO	CAPITULAÇÃO
1	019285001	1314750	Deixar de disponibilizar nos locais de trabalho água potável e fresca em quantidade suficiente	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.9 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
2	019276516	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
3	019284993	131363-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios, em proporção inferior a um conjunto para cada grupo de 40 trabalhadores ou fração ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
4	019276702	131371-1	Deixar de disponibilizar local ou recipiente para a guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.2 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
5	019276729	131374-6	Realizar transporte de trabalhadores em veículo adaptado sem autorização prévia da autoridade competente em matéria de trânsito	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.16.2, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
6	019276711	131372-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA – [REDACTED] – BOM JARDIM – RJ – 3 a 18 AGO 2011

			refeições.	
7	019276745	1313738	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "a" da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
8	019276753	1314726	Deixar de fornecer roupas de cama adequadas as condições climáticas locais	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
9	019276737	0000094	Reter por mais de 48 horas CTPS recebida para anotação	Art. 53 da CLT

7. Da constatação da situação análoga à escravidão pela degradância

Além da realidade fática já descrita nos itens supra, a situação enfrentada pelos empregados da Fazenda Pedra Lisa S.A. não é diferente da identificada em outras regiões, tanto no próprio Estado do Rio de Janeiro como em outras Unidades da Federação.

Expor o empregado a um estado de degradância, por ação ou por omissão, é atentar contra a dignidade da pessoa humana.

Na Fazenda Pedra Lisa as condições de transporte dos empregados, da forma como faziam suas refeições e a pouca água existente para a jornada de trabalho, ausência de exames médicos, o não uso dos equipamentos de proteção individual, a ausência de instalações sanitárias e o trato com vasilhames tipo "pet" para acondicionamento da água utilizada nas frentes de trabalho, não deixa outra alternativa a não ser a caracterização do estado de degradância dos empregados. Estes, forçados a estarem habituados com a situação encontrada pela fiscalização do trabalho, não encontram referenciais para perceberem o estado de deterioração da vida humana ali presente.

Os empregados da colheita do café da Fazenda Pedra Lisa, têm e estavam submetidos a limitações de alimentação, segurança, saúde e higiene, não sendo tratados como verdadeiros seres humanos.

Degradante é o ato ou fato que provoca degradação, desonra. Degradação é ato ou efeito de degradar. Degradar é privar de graus, títulos, dignidades, de forma desonrante. Degradar é o oposto a graduar, a promover. Degradar é despromover. Degradante é o fato ou ato que despromove. Que rebaixa. Que priva do status de cidadão. Que nega direitos inerentes à cidadania.

É evidente que a Fazenda Pedra Lisa não promove um meio ambiente adequado ao ponto de corresponder à dignidade da pessoa humana e à cidadania e, portanto, a um direito fundamental positivado na Constituição Federal, especificamente contido nos arts. 7.º, XXII, 200, VIII e 225.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA - [REDACTED] BOM JARDIM - RJ - 3 a 18 AGO 2011

Significa este direito fundamental que deva ter tratamento prioritário pelo Poder Público e que deve ser defendido por todos os segmentos envolvidos, notadamente, trabalhadores e empregadores, não podendo ser colocado em segundo plano nas ações de Estado nem muito menos, por particulares.

"Tal 'status' reconhecido ao meio ambiente sadio como direito fundamental faz elevá-lo ao mesmo nível de relevantíssimos direitos, tal próprio direito à vida, demandando, para sua defesa ou efetivação, providências estatais e da sociedade civil". (Antunes, Paulo de Bessa. Direito Ambiental - 3.Ed. - Rio de Janeiro - RJ - Editora Lumen Júris, 1999, p. 170)

"O meio ambiente de trabalho vem a ser o 'habitat laboral', isto é, tudo que envolve e condiciona, direta e indiretamente, o local onde o homem obtém os meios para promover o quanto necessário para sua sobrevivência e desenvolvimento, em equilíbrio com o ecossistema. A 'contrário sensu', portanto quando aquele 'habitat' se revela inidôneo a assegurar as condições mínimas para uma razoável qualidade de vida do trabalhador, aí se terá uma lesão ao meio ambiente do trabalho". (MANCUSO, Ricardo de Camargo - Ação Civil Pública Trabalhista: análise de alguns pontos controvertidos. Revista de Processo, São Paulo: RT, vol. 93, ano 24, p. 161 jan-mar 1999).

Logo, trata-se de inegociabilidade e irrenunciabilidade desse direito fundamental, não podendo as medidas de segurança, saúde e higiene do ambiente de trabalho figurarem como situação de redução de custos para quaisquer empresas, seja de forma intencional, seja por omissão.

8. Conclusão

A degradância apresentada concretamente aos empregados da Fazenda Pedra Lisa S.A, presenciada pela Fiscalização Rural da SRTE- RJ, ataca a saúde, a dignidade e o estado físico dos mesmos, colocando-os à margem da cidadania.

Pelo que foi examinado e declarado pelos próprios empregados, evidencia-se que a Fazenda Pedra Lisa S.A, promoveu o descrédito de algumas pessoas que exerciam suas atividades laborais e, de forma intencional, não prestava as informações necessárias ao bom entendimento que os empregados devem possuir das responsabilidades, direitos e deveres mútuos dentro de uma justa e lícita relação de emprego, em completo desprezo pela condição de empregado.

Atenta Aloisyo Santos Erthal contra a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a valorização do trabalho humano e a livre concorrência,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RIO DE JANEIRO
FAZENDA PEDRA LISA [REDACTED] BOM JARDIM - RJ - 3 a 18 AGO 2011

este último, por oferecer no mercado um produto mais barato que aqueles que cumprem os direitos trabalhistas, às custas da sonegação e exploração do trabalho humano.

São evidentes, portanto, os indícios da existência da situação prevista no Art. 149 do Código Penal – redução à condição análoga à escravidão - pelo estado de degradância dos empregados e pelo ciclo de endividamento existente na Fazenda Pedra Lisa.

Tal situação dá azo ao rompimento do contrato de trabalho existente entre a Fazenda Pedra Lisa e os empregados, tendo como consequência a retirada dos mesmos conforme preconiza o artigo 2º da Lei 7998/90 (Lei do Seguro Desemprego):

(...), em decorrência de ação de fiscalização do MTE, os trabalhadores identificados como submetidos a regime de trabalho forçado ou reduzidos à condição análoga à de escravo deverão ser resgatados. A rescisão dos contratos de trabalho, com o pagamento imediato das verbas rescisórias, dar-se-á com fundamento no artigo 483 e alíneas, da CLT, combinado com o dispositivo legal acima citado, garantidos aos trabalhadores todos os direitos que seriam devidos em caso de rescisão indireta do contrato de trabalho.” (Manual do Trabalho Escravo – Secretaria de Inspeção do Trabalho – 16 de junho de 2009).

O empregador realizou o pagamento de todos os direitos trabalhistas dos empregados apresentados em planilha pela fiscalização. Pendente ainda, a situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a ser verificada no sistema do FGTS junto a Caixa Econômica Federal.

É o que nos cumpre relatar. À consideração superior.

Rio de Janeiro, RJ, 29 de agosto de 2011.

[REDACTED]
Coordenador do Projeto Rural de Fiscalização – SRTE - RJ
[REDACTED]